

Reorganização da rede de ensino fundamental da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo: distribuição pelos distritos de inclusão e exclusão social do município de São Paulo*

José Geraldo Silveira Bueno

Doutor em Educação/PUCSP, Coordenador do PEPG em Educação: História, Política, Sociedade/PUCSP.
e-mail: jotage@pucsp.br

Resumo

Este trabalho procura verificar como estão distribuídas as escolas de ensino fundamental da rede estadual de São Paulo, a partir da reorganização da rede física encetada pela Secretaria Estadual de Educação, em 1995, que separou os alunos de 1^o à 4^o dos de 5^o à 8^o séries, em escolas distintas - em distritos de inclusão e de exclusão social do município de São Paulo, tendo como base o estudo de Sposati (1996), verificando que, nos primeiros, essa redistribuição está praticamente completa, enquanto que, nos últimos, ela ainda não abrange cerca de 40% das escolas. Analisa estas diferenças em distintos distritos, constatando que o processo de reorganização, independente do discurso e das possíveis intenções dos dirigentes, parece privilegiar exatamente aqueles que menos necessitam, pois os alunos das camadas populares são os que, mais uma vez, têm menor possibilidades de usufruir da política que tem sido justificada como um avanço pedagógico em relação às formas anteriores de organização de escolas fundamentais.

Palavras-chave

Política educacional – ensino fundamental – reforma de ensino – reorganização da rede de ensino.

Abstract

This study seeks to verify how the schools for fundamental teaching are distributed within the state network in São Paulo, after the reorganization of the physical network started by the State Secretary for Education, in 1995, which separated the pupils in 1st to 4th grade from those in the 5th to 8th grades, in specific schools – in districts of social inclusion and exclusion in the municipality of São Paulo, having as a basis for this, the study carried out by Sposati (1996), verifying that, in the first group, this redistribution is practically complete, while in the last group 40% of the schools have not been included. These differences are analyzed in distinct districts, proving that the process of reorganization, independently from the said and possible intentions of those directing the process, it seems to give preference to exactly those that least need help, as the pupils from the popular levels are those that, once more, have less possibilities of benefiting from the strategy which has been justified as a pedagogical advance in relation to the previous ways of organizing fundamental schools.

Key words

Educational strategy – fundamental teaching – school reform – reorganization of the school network.

* Texto aprovado para ser apresentado no I Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED e Fórum de Coordenadores de Pós-graduação em Educação da Região Sudeste (21 a 23 de novembro, Águas de Lindóia, SP).

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a partir de 1995, reorganizou as escolas de ensino fundamental e médio, com a justificativa de que essa redistribuição atenderia melhor aos interesses dos alunos e, portanto, permitiria um melhor desenvolvimento dos projetos pedagógicos.

Com relação ao ensino fundamental, esta reorganização teve como ação básica a separação das escolas com classes de 1ª à 4ª séries, das escolas que ofereciam escolarização de 5ª à 8ª séries.

Segundo declarações da então Coordenadora da COGSP - Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo, professora Sônia Penin, esta reorganização estava inserida em "uma reforma administrativa mais ampla que visava a mudança no padrão de gestão; a melhoria do processo de ensino, com atendimento às demandas da população, valorização do pessoal e aumento da eficiência escolar" (PUCSP/Ação Educativa, 1996, p. 5)

Ainda segundo esta coordenadora, essa medida se refletiu no âmbito pedagógico, pelas seguintes razões:

[...]

[permitiu] que cada unidade organize um projeto escolar específico por faixa etária, contando com professores que possam permanecer mais tempo na escola

[...]

ao reunir na mesma escola classes de 5ª a 8ª que estavam dispersas por várias unidades, permitiu que os professores ficassem mais na escola, o que possibilita mais envolvimento no trabalho pedagógico coletivo, mais contato com os pais e com a comunidade

[...]

permite equipar as escolas com material

adequado a cada faixa etária (PUCSP/Ação Educativa, 1996, p. 5-6).

Afirmava, ainda, naquela oportunidade, que a Secretaria havia reorganizado 73% das unidades escolares e que *o dado mais contundente, que aponta para uma revolução no Estado de São Paulo, é o fato de que 2 milhões de alunos a mais, neste Estado, estão hoje com uma hora a mais de aula* (PUCSP/Ação Educativa, 1996, p. 6).

Sobre essa reorganização tem havido uma série de críticas, como as de Arelaro, de que *se constitui em retrocesso histórico a proposta de dividir a escola de oito anos em 4 mais 4* e de que *não há estudos científicos que sustentem que a escola de 1ª à 4ª deva ser diferente da de 5ª à 8ª* (PUCSP/Ação Educativa, 1996, p. 9), ou de Warde, de que ela tenha *dispensado um censo preliminar* [...] pois, para tanto, seria *necessário saber exatamente qual é a população em faixa de escolarização que o sistema público de ensino tem que atender* (PUCSP/Ação Educativa, 1996, p. 16).

Independentemente dessas e de outras críticas, o fato é que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem defendido esta reorganização calcada fundamentalmente em argumentos pedagógicos, especialmente aqueles vinculados ao atendimento de características e especificidades de alunos com faixa etária que os incluiria no período da infância (7-10 anos) e da pré-adolescência (11-14 anos).

Ora, se a base dos argumentos reside em aspectos pedagógicos, mais do que em organizativos e administrativos, seria de se esperar que a Secretaria priorizasse a reorganização das escolas localizadas nas

regiões em que o problema da seletividade escolar se avolumasse.

Assim, neste trabalho, procuramos verificar como vem se dando essa reorganização em diferentes zonas e distritos da Capital, utilizando, para tanto, dados de pesquisa já realizada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que procurou verificar, de um lado, que tipo de material teórico as escolas públicas dispunham para seus professores, no sentido de contribuírem para o aprimoramento de seus quadros e, de outro, que tipo de material (independente de que ele fosse oferecido pela escola) o professor recorria na busca dessa melhor qualificação de seu trabalho docente (PUCSP, 1999)¹.

Por considerarmos que não só as condições internas das escolas, mas o seu entorno social, devem exercer influência na organização escolar e na qualidade do trabalho pedagógico, utilizamos dois parâmetros de forma a contemplar a distribuição geográfica e a de condições de vida dos distritos em que elas se localizavam, a saber:

- o da distribuição proporcional das unidades escolares por distritos de exclusão e de inclusão social, segundo mapeamento realizado por Sposati (1996)²;
- distribuição desses distritos pelas diferentes zonas do município.

Como tínhamos definido o critério de investigar a totalidade das escolas de cada distrito, procuramos fazer uma distribuição proporcional compatível com o número de auxiliares de pesquisa e do tempo disponível para a execução da coleta de dados

que contemplasse distintos distritos das zonas geográficas do município.

Assim, estabelecido o padrão básico do número de escolas a ser investigada, efetuamos a seleção dos distritos tal como segue abaixo.

Distritos de exclusão social

Com relação aos distritos classificados por Sposati (1996) como "de exclusão social", a seleção se restringiu aos distritos de maior índice, dentro das cinco maiores zonas da cidade (Leste, Sul, Norte, Oeste e Centro).

Aqui cabem dois comentários:

a) os distritos selecionados foram aqueles que apresentavam maior índice de exclusão social, dentro das respectivas zonas. Assim, distritos como Jardim Helena (-0,78 – Zona Sul) ou São Miguel (-0,71 – Zona Leste), embora com índices de exclusão superiores a de outros situados em outras zonas (com por exemplo, Brás-Zona Centro, cujo índice era de -0,49), foram preferidos porque não são os de maior índice de exclusão em sua respectiva zona e porque estes últimos, em suas zonas, eram os de maior índice de exclusão social; e

b) não foram incluídos distritos situados em outras zonas da cidade (Sudeste e Sudoeste), porque os bairros situados nestas regiões apresentavam baixos índices de exclusão social.

Este cruzamento redundou na seguinte amostra, que inclui a totalidade das escolas estaduais sediadas nesses distritos:

Tabela 1: Distribuição das escolas pelos distritos de "exclusão social" - 1998.

Distrito	Zona	Índice de exclusão	Número de escolas
Lajeado	Leste	-1,00	09
Guaianazes ³	Leste	-0,87	13
Parelheiros	Sul	-0,87	16
Brasilândia	Norte	-0,83	11
Cachoeirinha	Norte	-0,73	02
Brás	Centro	-0,49	04
Pari	Centro	-0,45	02
Perus	Oeste	-0,72	04
TOTAL			61⁴

Distritos de inclusão social

Com relação aos distritos classificados por Sposati (1996) como "de inclusão social", a seleção se restringiu aos distritos de maior índice, dentro de todas as zonas da cidade (Leste, Sul, Norte, Oeste, Centro, Sudeste e Sudoeste).

Aqui também cabem dois comentários:

a) como nos distritos de exclusão, os distritos selecionados são aqueles que apresentam maior índice de inclusão social, dentro das respectivas zonas. Assim, o distrito de Alto de Pinheiros (+0,83 - Zona Sudoeste) foi preterido, mesmo ocupando o segundo

melhor índice de inclusão social, por estar situado na mesma zona do distrito de Moema, distrito de melhor índice de todo o município e, por isso, já incluído na amostra;

b) a inclusão das Zonas Sudeste e Sudoeste se justifica porque a grande maioria dos distritos "de inclusão" situa-se na região mais central da Capital (o chamado "centro expandido"), onde essas zonas são bastante características da divisão regional.

Este cruzamento redundou na seguinte amostra, que inclui a totalidade das escolas estaduais sediadas nesses distritos:

Tabela 2: Distribuição das escolas pelos distritos de "inclusão social" - 1998.

Distrito	Zona	Índice de inclusão	Número de escolas
Moema	Sudoeste	+1,00	02
S. Amaro	Sul	+0,51	05
Perdizes	Oeste	+0,41	04
Santana	Norte	+0,37	08
Bela Vista	Centro	+0,26	02
V. Mariana	Sudeste	+0,47	04
Moóca	Leste	+0,20	03
TOTAL			28⁵

Embora a questão da distribuição das escolas, em face da reorganização da rede física, não se constituísse no foco central de nossa pesquisa, na medida em que fomos trabalhando com esses dados, foi surgindo um quadro que consideramos necessário detalhar e analisar, pois que nos apresentava uma situação que, tendo em vista o reduzido número de estudos disponíveis, parecia-nos ainda desconhecida dos interessados e estudiosos da educação.

Distribuição das escolas pelo município de São Paulo

O primeiro dado que nos chamou a atenção dizia respeito à porcentagem de escolas incluídas no processo de reorganização da rede física. Segundo Penin (PUCSP/Ação Educativa, 1996), em 1996, cerca de 73% das escolas estaduais paulistas já estavam reorganizadas.

Os dados apresentados na tabela 3 indicam que, nos 15 distritos estudados,

esse índice, em 1998, era de 69,9%. Embora a diferença fosse pequena em relação aos apresentados em 1996 (3,1%), pareceu-nos valer a pena indagar se esta diferença, três anos após a implantação da medida, não refletia em uma estagnação do processo de reorganização.

Tabela 3: Quantidade de escolas estaduais, segundo as classes que mantêm - Município de São Paulo - Distritos de Parelheiros, Lajeado, Brasilândia, Perus, Brás, Cachoeirinha, Pari, Guaianazes, V. Mariana, S. Amaro, Moema, Perdizes, Santana e Moóca - 1998.

1ª a 4ª		5ª a 8ª		1ª a 8ª		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
32	38,6	26	31,3	25	30,1	83	100

Fonte: PUCSP. *A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógico*, 1999.

Os dados colhidos junto à Secretaria da Educação parecem indicar este refluxo da reorganização:

Tabela 4: Tipos de Escolas da Rede Estadual de São Paulo 1995-1998.

Tipo	Ano 1995		1996		1997		1998	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reorganizadas	663	9,8	4.220	62,8	3.985	65,8	4.039	68,2
Não reorganizadas	6.120	90,2	2.498	37,2	2.067	34,2	1.880	31,8
Total	6.783	100	6.718	100	6.052	100	5.919	100

Fonte: SE/SP - <http://educacaosp.gov.br/acoes/reorganizacao>

Se é verdade que, nos três anos de implantação efetiva da reorganização, já que em 1995, ela atingiu apenas 9,8% das escolas estaduais, o percentual de escolas não-reorganizadas baixou de 37,2 para 31,8%, não se pode descuidar de que esse decréscimo deve-se, em boa parte, à diminuição do número de unidades escolares, o que significa que o Governo conta hoje com menos unidades escolares que antes da reorganização. Se fossem mantidas as escolas originais, teríamos uma redução para 27,7% de escolas não-reorganizadas.

Além disso, esses dados parecem demonstrar que não só se reduziu o núme-

ro de unidades escolares, como não se tem construído novas unidades que pudessem atender às especificidades de diferentes regiões, o que nos levou a procurar e verificar como essa reorganização se distribuiu pelos distritos de inclusão e exclusão social.

Distribuição das escolas pelos distritos de inclusão e exclusão social são apresentados na tabela 5 e mostram que, enquanto 24 escolas (39,3%), dentre as 61 situadas nos distritos de exclusão, ainda permaneciam com classes de 1ª à 8ª séries, nos distritos de inclusão social esse número caía para uma escola (4,6% do total).

Tabela 5: Distribuição das escolas pelos distritos de inclusão e exclusão social do município de São Paulo, segundo as classes que mantêm - 1998.

Distritos Escolas	Exclusão		Inclusão		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1ª a 4ª	22	36,1	09	40,9	32	38,6
5ª a 8ª	15	24,6	12	54,5	26	31,3
1ª a 8ª	24	39,3	1	4,6	25	30,1
TOTAL	61	100	22	100	83	100

Fonte: PUCSP. *A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógico*, 1999.

Isto é, embora se saiba que a falta de qualidade de ensino se abate, com muito maior vigor, sobre a população com piores condições sócio-econômicas, percebe-se que a reorganização da rede física estava quase que completada nos distritos de inclusão social, enquanto que, nas regiões de maior incidência da população excluída, 24 escolas (entre as 61 pesquisadas), ou seja, praticamente 40%, ainda permaneciam oferecendo ensino de 1ª à 8ª séries.

Se a justificativa da Secretaria era a de ampliação das possibilidades para a melhoria da qualidade de ensino, estas últimas não deveriam ser as privilegiadas?

Mas há ainda outro aspecto a explorar nessa tabela. Enquanto nos distritos de inclusão social há um equilíbrio de oferta de escolarização completa (10 escolas que oferecem ensino de 1ª à 4ª e 13 escolas de 5ª à 8ª), nos distritos de exclusão social este número baixa de 46 escolas, que oferecem ensino de 1ª à 4ª séries, para 39 escolas

que oferecem ensino de 5^a à 8^a.

Uma das possibilidades para a manutenção de grande número de escolas não reorganizadas nos distritos de exclusão social seria o das grandes distâncias entre as escolas dos bairros que compõem esses distritos, o que nos instigou a cotejar, distrito por distrito, a situação das escolas de ensino fundamental.

Distribuição das escolas pelos distritos de exclusão social

A tabela 6 mostra que, entre os distritos de exclusão social, os índices mais elevados de manutenção de escolas de 1^a à 8^a séries são os do Pari (duas escolas - 100%) e de Parelheiros (11 escolas - 68,7%).

Tabela 6: Distribuição das escolas estaduais pelos distritos de exclusão social do município de São Paulo, segundo as classes que mantêm - 1998.

Escolas Distritos	1 ^a /4 ^a		5 ^a /8 ^a		1 ^a /8 ^a		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Pari	0	0	0	0	2	100	2	100
Parelheiros	4	25,0	1	6,3	11	68,7	16	100
Lajeado	2	22,2	3	33,3	4	44,5	9	100
Guaianazes	6	46,1	3	23,1	4	30,8	13	100
Perus	1	25,0	2	50,0	1	25,0	4	100
Brasilândia	5	45,4	4	36,4	2	18,2	11	100
Brás	4	100	0	0	0	0	4	100
Cachoeirinha	0	0	2	100	0	0	2	100
TOTAL	22	36,1	15	24,6	24	39,3	61	100

Fonte: PUCSP. *A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógico*, 1999.

A situação de Parelheiros pode ser explicada em razão de suas características geográficas (ver anexo). Este distrito, situado no extremo sul da zona sul do município, é o segundo em termos de extensão territorial (153,5 Km²), ficando atrás somente de Marsilac (200 Km²), que se situa ainda mais ao sul do município. Além disso, tendo em vista a ocupação desorganizada e sua dependência de distritos mais centrais, como a Capela do Socorro e Santo Amaro, ele é cortado, quase que exclusivamente, por vias radiais, fazendo com que bairros situados

na mesma longitude não tenham facilidade de acesso entre si. Há, ainda, em Parelheiros, grandes áreas não ocupadas, o que faz com que seja o segundo distrito com menor índice de densidade demográfica do município (362,12 hab/Km²), novamente perdendo apenas para Marsilac (29,66 hab/Km²), cuja parte sul atinge a região da Serra do Mar, com áreas de reserva florestal.

Estas três razões podem ter dificultado a implantação mais imediata de escolas distintas de 1^a à 4^a e de 5^a à 8^a. Se nos voltarmos aos dados da tabela 3, em que

se verifica uma progressiva diminuição das unidades escolares, bem como pelo fato de que a situação dessas escolas coincide com o último ano dos dados apresentados pela Secretaria (1998), veremos que, nesse período, não foi construída uma escola sequer para minimizar estes problemas.

Por outro lado, enquanto a oferta de escolas de 1^ª à 4^ª séries nesse distrito é de 15 unidades escolares, este número baixa para 12, no que se refere à escolarização de 5^ª à 8^ª. Cabe ressaltar, ainda, a inexistência de qualquer escola municipal de ensino fundamental nesse distrito⁶.

Em compensação, o Pari é um distrito central, de pequena extensão territorial (2,9 Km²) e alta densidade demográfica (2.853,04 hab/Km²), com uma infinidade de vias de acesso e de transporte coletivo, mas as duas escolas aí sediadas ofereciam, em 1998, ensino de 1^ª à 8^ª séries. O que impediu, neste caso, a distribuição almejada pela Secretaria, já que são apenas duas escolas em distrito de pequena extensão territorial? No Pari, existe apenas uma escola municipal de ensino fundamental, o que totaliza três escolas que oferecem ensino de 1^ª à 8^ª séries.

Os dois distritos subseqüentes, em termos de incidência de escolas de 1^ª à 4^ª séries (Lajeado e Guaianazes), estão situados no extremo da zona leste (ver anexo), com extensão territorial e densidade demográfica médias (respectivamente, 9,2 Km² e 8,2 Km² de área e 12.261,63 hab/Km² e 9.461,98 hab/Mm² de densidade populacional), mas que ainda possuem quatro escolas (cada distrito) que não se enquadraram na reorganização efetuada. Com

relação aos novos ciclos escolares, a situação destes dois distritos, vizinhos entre si (ver anexo) é bastante diversa. Enquanto em Lajeado o número de escolas de 5^ª à 8^ª séries é superior ao de 1^ª à 4^ª (7 contra 6), em Guaianazes há somente sete escolas de 5^ª à 8^ª séries para dez de 1^ª à 4^ª. Com relação ao ensino municipal, Lajeado conta com quatro escolas de ensino fundamental, enquanto que Guaianazes, duas.

Em compensação, somente duas escolas do distrito de Brasilândia não foram enquadradas, embora sua extensão territorial (21,0 Km²) seja superior a das duas últimas e com densidade demográfica menor (8.270,61 hab/Km²). Cabe ressaltar, ainda, que este distrito conta com dez escolas municipais de ensino fundamental, o que torna ainda mais difícil a compreensão das razões que não levaram ao enquadramento das duas escolas estaduais ainda não reorganizadas.

O distrito de Perus tem situação ímpar. Situa-se no extremo noroeste do município, relativamente isolado do centro, constituindo-se em área de acesso quase que exclusiva, dada a sua posição geográfica (cercado pela Reserva da Cantareira e com extensão territorial de 8,0 Km² e densidade demográfica de 5.787,63 hab/Km²). Neste distrito, apenas uma escola não se enquadrou na reorganização da rede física. Perus conta com duas escolas municipais de ensino fundamental.

Os dois últimos distritos, embora sejam os únicos que não possuem escolas de 1^ª à 8^ª séries (o que poderia parecer que estivessem totalmente enquadrados na reorganização), apresentam situações

completamente diferentes.

O Brás é um dos distritos mais antigos de São Paulo, situado na zona central e hoje completamente deteriorado, abrigando um sem número de migrantes, que vivem em condições precárias, prevalecendo as habitações coletivas (cortiços). Neste distrito, de apenas 3,5 Km² de área e com densidade demográfica de 9.581,71 hab/Km², existem quatro escolas estaduais de 1^ª à 4^ª séries, mas nenhuma de 5^ª à 8^ª, o que nos leva à seguinte questão: já se prevê que os alunos deste distrito não chegarão ao 2^º ciclo do ensino fundamental? Isto não significa um retorno, de fato, a uma terminalidade real de quatro anos em relação ao ensino fundamental, especialmente para uma população de baixo nível sócio-econômico? Vale a pena frisar que o Brás não conta sequer com uma escola municipal de ensino fundamental.

O distrito de Cachoeirinha situa-se no extremo da zona norte, com 13,3 Km² de área e densidade demográfica de 9.462,56 hab/Km², e conta com duas escolas esta-

duais de 5^ª à 8^ª séries, e nenhuma de 1^ª à 4^ª. Além disso, estão sediadas neste distrito quatro escolas municipais de ensino fundamental. Ora, já que o distrito conta com esse número de escolas municipais (que não se integraram a essa reorganização, atendendo, portanto, a alunos de 1^ª à 8^ª séries), quais as razões que levaram à manutenção da organização antiga nessas duas escolas?

O que se verifica, portanto, nos distritos de exclusão social do município de São Paulo, é que parte deles ainda permanece com um número de escolas que não foram enquadradas na reorganização da rede física efetuada pela Secretaria Estadual de Educação, situação essa que não parece responder simplesmente aos impedimentos objetivos como as distâncias geográficas.

Distribuição das escolas pelos distritos de inclusão social

A situação das escolas estaduais situadas nos distritos de inclusão social é diametralmente oposta (tabela 7).

Tabela 7: Distribuição das escolas estaduais pelos distritos de inclusão social do município de São Paulo, segundo as classes que mantêm - 1998.

Escolas	1 ^ª a 4 ^ª		5 ^ª a 8 ^ª		1 ^ª a 8 ^ª		Total	
	N ^º	%	N ^º	%	N ^º	%	N ^º	%
V. Mariana	1	50,0	1	50,0	0	0	2	100
Moema	1	50,0	1	50,0	0	0	2	100
S. Amaro	2	40,0	3	60,0	0	0	5	100
Perdizes	2	66,7	1	33,3	0	0	3	100
Santana	2	25,0	5	62,5	1	12,5	8	100
Moóca	1	50,0	1	50,0	0	0	2	100
TOTAL	9	40,9	12	54,5	1	4,6	22	100

Fonte: PUCSP. *A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógico*, 1999.

Vale a pena ressaltar que todos esses distritos (com exceção de Santana) se situam no que se convencionou denominar “Centro Expandido” do município⁷, constituindo-se em bairros típicos de classe média alta (como Moema) ou de classe média (como os demais), de extensão territorial média (entre 7,7 a 15,6 Km², com exceção de Perdizes que tem 23,9 Km²)⁸, com média densidade demográfica (entre 4.500 a 15.440 hab/Km²), com bons índices de qualidade de vida (acesso ao transporte; serviços de saúde, de educação, de água, esgoto e coleta de lixo; qualidade das habitações; distribuição dos níveis de renda familiar, etc.).

Em primeiro lugar, das 22 escolas distribuídas por seis distritos, apenas uma não foi enquadrada na nova organização. Além disso, em cinco distritos (V. Mariana, Moema, Santo Amaro, Moóca e Santana), o número de escolas com classes de 5^a à 8^a é igual ou superior ao de escolas de 1^a à 4^a, o que garante, em tese, a continuidade de seu alunado no ensino público até o final do ensino fundamental. Por sua vez, os distritos de Vila Mariana, Moema, Santo Amaro e Moóca contavam, cada um, com uma escola municipal, enquanto que Santana, com três.

Já em Santo Amaro e Perdizes, este número foi ligeiramente inferior (três para dois e um para dois, respectivamente), o que pode reverter em impedimento para continuidade de estudos em escolas públicas de parcela dessa população. Cada um desses distritos contava com uma escola municipal de ensino fundamental.

O que se verifica, portanto, com relação aos distritos de inclusão social é que

mais de 95% das escolas aí localizadas já foram reorganizadas e que a oferta de escolarização de 5^a à 8^a séries é superior, igual ou ligeiramente inferior (esta última em apenas dois distritos) que a de 1^a à 4^a séries.

Considerações finais

Os dados aqui coletados e analisados mostram que a reorganização da rede estadual de escolas de ensino fundamental, no município de São Paulo, embora tenha atingido, em 1998, aproximadamente 70% das escolas, distribuiu-se de maneira bastante desigual, privilegiando os distritos que possuem melhor qualidade de vida.

Contraditoriamente ao discurso oficial, que diz se apoiar em fundamentos pedagógicos para sustentar essa reorganização, os distritos de exclusão social – onde os índices de fracasso escolar, aliado ao crescente aumento da violência juvenil, são mais elevados – foram os menos aquinhoados.

Esta situação fica mais evidente quando verificamos que, das 200 escolas (100 do período diurno e 100, do noturno) que obtiveram, em 1998, melhores índices de avaliação, na 5^a série, pelo sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, apenas três escolas do período diurno e cinco do período noturno situam-se na Capital. Todas as três escolas do período diurno se situam em distritos de bom ou médio nível de inclusão social, enquanto que, das cinco do período noturno, três se situam em distritos de bom ou médio nível de inclusão social e apenas duas em distritos de alta exclusão

social⁹ (SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação, 1999b).

Por outro lado, as razões para essa má distribuição parecem ser variadas. Algumas vezes, as grandes dimensões geográficas e as distâncias entre escola e lar parecem ser as que impedem a incorporação de escolas, como é o caso de Parelheiros. Outras vezes, este argumento não se sustenta, como são os casos do Brás e do Pari.

Quais as razões que impedem a reorganização de escolas ainda não reorganizadas dos distritos de Brasilândia, Lajeado e Guaianazes? Da mesma forma, quais os óbices para a reorganização das duas escolas do distrito de Cachoeirinha que permanecem oferecendo somente ensino 5^a à 8^a séries? Afinal, porque não reorganizar uma escola (entre quatro existentes) do distrito de Perus?

Enfim, por que o processo de reorganização atingiu a quase totalidade das escolas dos distritos de inclusão social, enquanto que cerca de 40% das situadas nos de exclusão social permanecem sob a antiga organização?

Quais as iniciativas, em relação à novas construções escolares, estão previstas ou sendo implementadas, para atender a esses distritos?

Temos consciência de que, em muitas regiões, especialmente aquelas em que os níveis de organização, tanto de professores como da população local, são mais altos, houve processos e movimentos de resistência à reorganização, que devem ter influído nas decisões governamentais. Mas, por outro lado, não há qualquer informação oficial, tanto dessas resistências, como de

possíveis encaminhamentos que permitissem a sua superação.

Por fim, o processo de reorganização, independente do discurso e das possíveis intenções dos dirigentes, parece privilegiar exatamente aqueles que menos necessitam, pois os alunos das camadas populares são os que, mais uma vez, têm menor possibilidades de usufruir de política que tem sido justificada como um avanço pedagógico em relação às formas anteriores de organização de escolas fundamentais.

As questões aqui apresentadas apontam para a necessidade de maior aprofundamento e detalhamento, como, por exemplo, uma análise exaustiva das condições de escolarização, distrito a distrito, levando-se em consideração as peculiaridades geográficas e sociais de cada um, bem como de acompanhamentos e análises sistemáticas das iniciativas governamentais que possibilitem produção e divulgação de conhecimento sobre as reais condições do ensino público no Estado de São Paulo e que poderão contribuir para o aprofundamento das análises sobre as políticas educacionais em curso no país.

Notas:

¹ Trata-se da pesquisa *"A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógicos"*, financiada pelo CNPq.

² Sposati (1996) efetuou pesquisa que abrangeu os 96 distritos que compõem o município de São Paulo, levantando dados, em cada distrito, acerca de quatro indicadores de exclusão ou inclusão social: 1) autonomia, que inclui renda do chefe de família, oferta de emprego e nível de indigência; 2) qualidade de vida, que inclui infra-estrutura sanitária, qualidade dos domicílios, propriedade dos domicílios, investimento imobiliário, tempo de deslocamento entre emprego/casa e oferta de serviços sociais básicos

(saúde e escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio); 3) desenvolvimento humano, que inclui escolaridade dos chefes de família, longevidade, mortalidade, violência (furto, roubo, homicídio); e 4) equidade, que inclui concentração de mulheres como chefes de família. Utilizando dados do IBGE, do SEADE e da própria Prefeitura Municipal. A autora efetuou mapeamento das condições de cada um desses distritos, classificando-os comparativamente e que resultou em uma distribuição que se estende de Moema (índice 1,0) como o distrito de melhor nível de inclusão social, até Lajeado (índice -1,0), como o de maior índice de exclusão social (ver anexo).

³ Por motivos logísticos alheios à nossa vontade, as escolas do Itaim Paulista, segundo distrito da zona leste quanto ao índice de exclusão social (-0,95), não puderam ser investigadas, sendo substituídas pelas escolas de Guaianazes, cujo índice de exclusão social (-0,87) o coloca como terceiro distrito nesta mesma zona. Como já tínhamos, nesta zona, incluído o distrito de maior índice do município (Lajeado, com índice de -1,0) e a diferença entre os índices dos dois primeiros distritos era pequena, consideramos que não haveria maior prejuízo nesta substituição, que se constituiu na única exceção com relação à amostra selecionada.

⁴ Todos os responsáveis pelas 61 escolas dos distritos de inclusão responderam ao questionário da pesquisa, estando, assim, incluídas nos dados deste trabalho.

⁵ Seis responsáveis, das 28 escolas selecionadas, não responderam ao questionário, razão pela qual, no

presente trabalho, estamos fazendo referência ao total de 22 escolas. Além disso, como os dois responsáveis pelas duas únicas escolas situadas no distrito da Bela Vista estão incluídos nos seis que não responderam, fomos obrigados a eliminar esse distrito.

⁶ Embora não faça parte do escopo deste trabalho a distribuição das escolas municipais, vale a pena lembrar que ela se constitui em uma grande rede de ensino, não tendo se incorporado a essa reorganização, mantendo, até hoje, unidades escolares de ensino fundamental com as oito séries completas. ⁷ Embora não se situe no Centro Expandido, Santana é considerado um distrito "central", dada a sua privilegiada situação dentro da Zona Norte. Por ter sido, durante quase duas décadas, o ponto terminal norte do metrô, transformou-se em um distrito periférico, até a década de 60, em área privilegiada e de alta especulação imobiliária.

⁸ Apesar de sua maior extensão, Perdizes é um distrito central, típico de classe média alta, com grande número de residências de alto padrão, substituídas nos últimos 20 anos por edifícios residenciais também de alto padrão, situando-se, em sua área, grandes espaços de lazer, como o Parque da Água Branca e o complexo esportivo municipal do qual faz parte o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Estádio do Pacaembu), além do próprio bairro do Pacaembu, um dos bairros residenciais de elite, cuja ocupação ocorreu nas décadas de 40 e 50.

⁹ Nenhuma dessas escolas está situada nos distritos selecionados para esta pesquisa.

Referências bibliográficas

PUCSP/Ação Educativa. *Colóquio sobre a reorganização da rede estadual de ensino de São Paulo*. São Paulo, PUCSP/Ação Educativa, 1996.

PUCSP. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. *Relatório Parcial. A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógico*. São Paulo: PUCSP, 1999.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. *Reorganização da rede de escolas*. São Paulo, SE/SP. Disponível em: <<http://educacao.sp.gov.br/acoefs/reorganizacao>>. Acesso em: 1999a.

_____. *Resultados do SARESP*. São Paulo, SE/SP, Disponível em: <<http://educacao.sp.gov.br/resultados/saresp/saresp98/saresp98>>. Acesso em: 1999b.

SPOSTATI, Aldaíza. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC-Editora da PUCSP, 1996.



Anexo: Distritos do Município de São Paulo.

Nº	Nome	Região	Índice de Inclusão
1	Água Rasa	Leste	-0,10
2	Alto de Pinheiros	Sudoeste	0,83
3	Anhangüera	Oeste	-0,04
4	Aricanduva	Leste	-0,29
5	Artur Alvim	Leste	-0,33
6	Barra Funda	Oeste	0,16
7	Bela Vista	Centro	0,26
8	Belém	Leste	-0,15
9	Bom Retiro	Centro	-0,05
10	Brás	Centro	-0,49
11	Brasilândia	Norte	-0,83
12	Butantã	Oeste	0,38
13	Cachoeirinha	Norte	-0,73
14	Cambuci	Centro	0,04
15	Campo Belo	Sudeste	0,48
16	Campo Grande	Sul	0,09
17	Campo Limpo	Sul	-0,58
18	Cangaíba	Leste	-0,25
19	Capão Redondo	Sul	-0,74
20	Carrão	Leste	-0,15
21	Casa Verde	Norte	-0,18
22	Cidade Ademar	Sul	-0,68
23	Cidade Dutra	Sul	-0,61
24	Cidade Líder	Leste	-0,27
25	Cidade Tiradentes	Leste	-0,70
26	Consolação	Centro	0,20
27	Cursino	Sudeste	0,17
28	Ermelino Matarazzo	Leste	-0,52
29	Freguesia do Ó	Norte	-0,35
30	Grajaú	Sul	-0,73
31	Guaianazes	Leste	-0,87
32	Iguatemi	Leste	-0,68
33	Ipiranga	Sudeste	-0,02
34	Itaim Bibi	Sudoeste	0,38
35	Itaim Paulista	Leste	-0,95
36	Itaquera	Leste	-0,59
37	Jabaquara	Sudeste	-0,40
38	Jaçanã	Norte	-0,41
39	Jaquara	Oeste	-0,19

Nº	Nome	Região	Índice de Inclusão
40	Jaguaré	Oeste	-0,20
41	Jaraguá	Oeste	-0,27
42	Jardim Ângela	Sul	-0,83
43	Jardim Helena	Leste	-0,78
44	Jardim Paulista	Sudoeste	0,54
45	Jardim São Luiz	Sul	-0,69
46	José Bonifácio	Leste	-0,37
47	Lajeado	Leste	-1,00
48	Lapa	Oeste	0,29
49	Liberdade	Centro	-0,13
50	Limão	Norte	-0,32
51	Mandaqui	Norte	-0,08
52	Marsilac	Sul	-0,79
53	Moema	Sudoeste	1,00
54	Moóca	Leste	0,20
55	Morumbi	Sudoeste	0,27
56	Parelheiros	Sul	-0,87
57	Pari	Centro	-0,25
58	Parque do Carmo	Leste	-0,63
59	Pedreira	Sul	-0,63
60	Penha	Leste	-0,10
61	Perdizes	Oeste	0,41
62	Perus	Oeste	-0,72
63	Pinheiros	Sudoeste	0,30
64	Pirituba	Oeste	-0,39
65	Ponte Rasa	Leste	-0,42
66	Raposo Tavares	Oeste	-0,44
67	República	Centro	-0,14
68	Rio Pequeno	Oeste	-0,39
69	Sacomã	Sudeste	-0,08
70	Santa Cecília	Centro	-0,05
71	Santana	Norte	0,37
72	Santo Amaro	Sul	0,51
73	São Domingos	Oeste	-0,27
74	São Lucas	Leste	-0,18
75	São Mateus	Leste	-0,53
76	São Miguel	Leste	-0,71
77	São Rafael	Leste	-0,52
78	Sapopemba	Leste	-0,55
79	Saúde	Sudeste	0,36
80	Sé	Centro	-0,45

Nº	Nome	Região	Índice de Inclusão
81	Socorro	Sul	-0,08
82	Tatuapé	Leste	0,17
83	Tremembé	Norte	-0,32
84	Tucuruvi	Norte	-0,02
85	Vila Andrade	Sul	-0,51
86	Vila Curuçá	Leste	-0,79
87	Vila Formosa	Leste	-0,31
88	Vila Guilherme	Norte	-0,08
89	Vila Jacuí	Leste	-0,60
90	Vila Leopoldina	Oeste	0,04
91	Vila Maria	Norte	-0,40
92	Vila Mariana	Sudeste	0,48
93	Vila Matilde	Leste	-0,36
94	Vila Medeiros	Norte	-0,41
95	Vila Prudente	Leste	-0,22
96	Vila Sônia	Oeste	-0,01

Fonte: Sposati (1996).